

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRECHES (0-3 ANOS) EM TEMPOS DE COVID19: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO À DISTÂNCIA

*PUBLIC POLICIES FOR NURSES (0-3 YEARS) IN COVID TIMES19:
REFLECTIONS ON DISTANCE EDUCATION*

CORDA, Flaviane Miron; FERREIRA, Sandra Lúcia

Grupo Temático 3. Políticas e gestão por meio de/para o uso de TDIC

Subgrupo 3.1. Políticas públicas para EaD e TDIC na educação

Resumo:

Vinculado à Linha de pesquisa de Políticas Públicas, este trabalho deflagra a hipótese, levantada pela autora, de que a Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), se apropria do uso de Tecnologias da informação e comunicação (TICs) para aparente cumprimento das exigências curriculares, sugerindo uma normalidade na condução das ações formativas, por meio da substituição de aulas presenciais por orientações aos pais e mães, de maneira remota. O impacto dessa ação, em especial nas Creches Parceiras Conveniadas, é o objeto de reflexão que provoca a necessidade deste estudo, cujo objetivo é analisar a presença do debate sobre uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para conduzir os processos formativos, em crianças de 0 a 3 anos. A metodologia para a realização da pesquisa foi realizada em duas etapas: 1) exploração da literatura especializada – Campos (1993); Cottet (2019); Kramer (1982); Rosemberg (1992) dentre outros e 2) escuta da gestão de três Creches localizadas na zona sul da cidade de São Paulo. A proposta busca delimitar os contornos de um cotidiano típico, com vistas a explorar a interação família/creche para esse momento da COVID-19. O roteiro da entrevista foi elaborado considerando três eixos: 1) Contexto da Pandemia; 2) Processos relacionais e 3) PMSP/SME/CRECHE. As análises indicam que as providências em relação aos processos formativos das crianças de 0 a 3 anos, propostas durante a crise sanitária mundial, estão restritas a disponibilização de um material eletrônico, portanto, são consideradas insuficientes para a superação dos problemas gerados pela ausência presencial das crianças em suas Creches.

Palavras-chave: Educação Infantil (0 a 3 anos). Creches Parceiras/Conveniadas. Covid19. Trilhas de Aprendizagem.

Abstract:

Linked to the Public Policies research line, this work triggers the hypothesis, raised by the author, that the Municipal Education Secretariat (SME) of the Municipality of São Paulo (PMSP), is misappropriating the use of Technologies of information and communication (ICTs) so that there is an apparent fulfillment of curricular requirements, indicating, with this, a normality in the conduct of training actions, through the substitution of face-to-face classes for guidance to fathers and mothers, remotely. The impact of this action, especially in the Crèches Partner Partners, is the object of reflection that provokes the need for this study, whose objective is to analyze the presence of the debate on the use of Information and Communication Technologies (ICT) to conduct the training processes, in children aged 0 to 3 years. The methodology for conducting the research was carried out in two stages: 1) exploration of the specialized literature - Campos (1993); Cottet (2019); Kramer (1982); Rosemberg (1992) among others and 2) listens to the management of three Nurseries located in the Lesta area of the city of São Paulo. The proposal seeks to delimit the contours of a typical

daily life, with a view to exploring the family / daycare interaction for this moment of COVID-19. The interview script was prepared considering three axes: 1) Context of Pandemic; 2) Relational processes and 3) PMSP / SME / CRECHE. The analyzes indicate that the measures regarding the training processes of children aged 0 to 3 years, proposed during the global health crisis, are restricted to the provision of electronic material, therefore, they are considered insufficient to overcome the problems generated by the presence of children in their daycare centers.

Keywords: Child Education (0 to 3 years). Nurseries Partners / Partners. Covid19. Learning Trails.

1. Introdução

No Brasil, entende-se a Educação Infantil como uma fase de desenvolvimento humano que se associa à faixa etária entre 0 e 5 anos de idade. As escolas são reconhecidas como Creche ou Instituições equivalentes (0 a 3 anos) e como Pré-escola (4 a 5 anos). A fase da educação infantil de 0 a 3 anos, compreende o período em que as relações de aprendizagem se dão, de maneira mais intensa, por meio de interações físicas que ocorrem entre adulto/criança e criança/criança.

Ao iniciarmos o ano de 2020 estas interações, foram interrompidas, devido a um surto infeccioso causado pelo novo coronavírus (COVID-19). Reconhecido como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS), este fenômeno foi caracterizado pela OMS como uma pandemia. Seguindo as orientações das autoridades competentes, a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), em 16 de março de 2020, implantou o Decreto nº 59.283, que declara *situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, orientando ações para todas as Secretarias Municipais.*

A pandemia de COVID -19, impôs a necessidade de afastamento das atividades cotidianas, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que indicam o isolamento social, como medida para evitar a disseminação do vírus e a propagação de casos de contaminação. Em particular, essa exigência trouxe à tona a necessidade de repensar o atendimento às crianças matriculadas em Creches, *locus* privilegiado para a ocorrência de experiências importantes que começam a partir do terceiro mês de vida da criança. Nesse sentido, o trabalho realizado no interior das Creches tem caráter formativo/educativo e visa garantir também assistência/cuidado com a alimentação, saúde e segurança com condições materiais e humanas que tragam benefícios sociais e culturais para as crianças. (KRAMER,1999).

Diante desse contexto o referido Decreto determina, à Secretaria Municipal de Educação (SME), um conjunto de ações (art. 16º) para o encaminhamento das atividades envolvendo todas as crianças matriculadas na Educação Básica. São elas: I - capacite os professores para atuarem como orientadores dos alunos quanto aos cuidados a serem adotados visando à prevenção da doença; II - realize mutirão de orientação aos responsáveis e alunos; III - busque alternativas para o fornecimento de alimentação aos estudantes; IV - promova a interrupção gradual das aulas na rede pública de ensino, com orientação dos responsáveis e alunos acerca da COVID-19 e das medidas preventivas; V - oriente as escolas

da rede privada de ensino para que adotem o mesmo procedimento estabelecido no item anterior; VI - adote medidas visando à operacionalização de ensino à distância.

Essas determinações impuseram mudanças para os processos de ensino e aprendizagem, afetando o cotidiano escolar das escolas de Educação Básica vinculadas à Rede Municipal de Educação de São Paulo – 2.475 Centros de Educação Infantil (CEI); 558 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI); 596 Escolas de Ensino Fundamental (EMEF)¹ Com a exigência do item VI – adote medidas visando à operacionalização de ensino à distância – professores(as) e alunos(as) tiveram que vivenciar, de forma inesperada, novos aprendizados, em especial a utilização do computador e suas interfaces, ou seja, novos hábitos educacionais, saindo dos encontros presenciais e adentrando ao mundo virtual/digital.

O impacto dessa ação, em especial nas Creches, é o objeto de reflexão que provoca a necessidade de um estudo, ora apresentado, cujo objetivo é analisar a presença do debate sobre uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) – recursos tecnológicos – para conduzir os processos formativos, em crianças de 0 a 3 anos, devido à crise sanitária global. Vinculado à Linha de pesquisa de Políticas Públicas, este trabalho deflagra a hipótese, levantada pela autora, de que a SME está se apropriando de forma indevida do uso da Educação a Distância (EaD), escamotear o cumprimento das exigências curriculares, indicando, com isso, uma normalidade na condução das ações formativas, por meio da substituição de aulas presenciais por orientações aos pais e mães, de maneira remota. Cumpre-se ressaltar que a Ead é uma modalidade de ensino legalmente amparada na legislação nacional. A Ead está prevista no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 e revogado pelo Decreto nº 9.057, de 2017 que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que por sua vez, não prevê a substituição dos professores pelos pais, mesmo que orientados de forma remota.

A partir dessa consideração o estudo tentou responder às questões sobre quais os pontos a favor e contra referentes às orientações aos pais, de maneira remota, orientam a formação das crianças que frequentam a Creche? Como pensar a continuidade do atendimento a crianças de 0 a 3 anos em tempos de continuidade da pandemia? Será que o desafio imposto, às famílias das crianças matriculadas nas Creches, garante o atendimento necessário para o desenvolvimento dos processos formativos de seus filhos?

2. Trilhas de Aprendizagem: uma proposta para substituir os atendimentos de crianças de 0 a 3 anos

Após o Decreto 59.283, a SME elaborou o documento - Trilhas de Aprendizagem para *download* gratuito. São cadernos com atividades pautados no Currículo da Cidade, utilizados como apoio, diante da “necessidade de pensarmos em práticas pedagógicas possíveis para esse período que vivemos afastados, dentre outras práticas...” (SÃO PAULO, 2020).

Nesta pesquisa focaremos no caderno destinado às crianças de 0 a 3 anos, com orientações para o uso do material aos pais e responsáveis. *“Com este material, gostaríamos de construir juntos com vocês um diálogo que possibilite aos bebês e às crianças vivenciarem*

¹ Dados coletados no Portal Institucional da SME. Disponível em <www.educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em 03 de Jun. 2020.

experiências junto com sua família, neste momento desafiador para todos nós”. Os convoca por meio da apresentação e dos objetivos do uso do material, junto às crianças, a assumirem a tarefa de educadores, propondo a vivência de uma nova configuração de formação (por um tempo em casa). Isso porque as crianças, “necessitam de alguém mais experiente que as auxilie a formar sua própria opinião”. Pontua também a necessidade de se estabelecer uma rotina diversificada, caso o “estudante demonstre cansaço, dê uma pausa e faça outras atividades mais relaxantes com ele”, para que se adaptem a nova forma de vivenciar as tarefas escolares.

3. Metodologia: A escuta de gestores na/para a implementação das ações emergenciais

Na tentativa de responder às questões investigativas do estudo, a proposta metodológica foi explorar os processos de gestão, em tempos de COVID-19, por meio do acompanhamento das ações encaminhadas pela gestão de três creches conveniadas/parceiras gerenciadas por uma Instituição Não Governamental (ING) – Associação de Moradores Mães e senhoras do Parque Pan-americano (APANA). A Creche Conveniada/Parceira² é um acordo legal – Portaria SME nº 4.548 de 19 de maio de 2017 – *estabelece normas para a celebração e o acompanhamento de termos de colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação e Organizações da Sociedade Civil visando à manutenção, em regime de mútua cooperação, de Centros de Educação Infantil – CEI para o atendimento de crianças na faixa etária de zero a três anos.*

A necessidade de conhecer e delimitar o campo da pesquisa orientou a primeira etapa do trabalho que explorou, na literatura especializada, o atendimento de crianças entre 0 a 3 anos, descrevendo aspectos da criação e da implementação de instituições de Educação Infantil considerando suas normativas e legislações, como indica Campos (1993); Cottet (2019); Kramer (1982); Rosemberg (1992) dentre outros.

A aproximação com a realidade dessas creches possibilitou a escuta da gestão que contribuiu para delimitar os contornos de um cotidiano típico, reajustado diante da pandemia vivida, explorando os efeitos dos encaminhamentos propostos pelas normativas, impostas pela SME, para esse momento de isolamento social.

A busca pelo entendimento das dificuldades enfrentadas pelos gestores que acompanham o cotidiano das Creches Conveniadas/Parceiras, justificou a segunda etapa do estudo que indicou a proposta de explorar a interação família/creche para esse momento da COVID-19. Para tanto, foi realizada uma entrevista com a gestão de três Creches assim identificadas: Unidade I - atende 173 crianças, Unidade II - atende 161 crianças, Unidade III - atende 91 crianças. A gestora entrevistada passará a ser reconhecida com “RC”, para resguardar sua identidade, nos trechos transcritos da entrevista serão utilizados nomes fictícios.

A entrevista aqui apresentada é parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida num Programa de Pós-Graduação Acadêmico que tem como propósito explorar aspectos

² **Creches conveniadas/parceiras:** Parceria com Instituições/Associações e Organizações devidamente cadastradas no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor (CENTS) e Credenciadas na Secretaria Municipal de Educação. Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

envolvendo Políticas públicas e os processos formativos para as crianças de 0 a 3 anos. O roteiro de entrevista semi-estruturada versa sobre três eixos: 1) Contexto da Pandemia (Identificar aspectos do cotidiano das Creches em tempos da COVID-19); 2) Processos relacionais (Investigar processos relacionais envolvendo família escola, mas também gestão/professoras; gestão/funcionários e gestão/SME) e 3) PMSP/SME/CRECHE (Identificar os encaminhamentos propostos pela PMSP-SME para esse momento de COVID-19), além de um espaço de diálogo para possíveis intervenções não previstas *a priori*.

4. Análises preliminares

Para realização da escuta da gestão das três Creches Conveniadas/Parceiras foram realizadas questões que podem ser assim apresentadas: Como você descreve o contexto das escolas que você coordena? Como as escolas estão funcionando? Descreva as ações que a SME propôs para esse momento de COVID 19. Como a escola tem mantido contato com sua comunidade interna e externa? Qual sua opinião sobre esses encaminhamentos? O que você sabe sobre o material Trilhas de aprendizagens? Qual a avaliação que faz dele? Na sua opinião o material de apoio Trilha de aprendizagens, contribuiu para o estabelecimento de rotina de atividades com a criança durante o período de isolamento social?

4.1. O que diz quem está na “ponta da corda”

A pandemia assegurou, democraticamente, espanto a todos e todas que vivem e se empenham para realização do trabalho formativo nas diferentes redes de Educação. A descrição do contexto das creches é mantida dentro do padrão de uma vida de percurso presencial.

As creches da APANA estão em constante necessidade de todos em adquirir mais conhecimentos, ao longo do tempo faz com que a entidade repense e a perfeições sociais, políticas econômicas, garantindo a todos as condições necessárias de obter uma educação de qualidade; valorizar o ser humano multidimensional e os direitos coletivos, fortalecendo o comprometimento com a Educação para a Diversidade, Cidadania, Educação para Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.(RC)

Quando questionada especificamente sobre o atual momento de pandemia são apresentadas descrições empíricas baseadas em experiências concretas impostas pelas exigências de manter, aparentemente, o funcionamento das instituições educativas.

Neste momento de quarentena as creches estão funcionando em período de plantão de 3 horas e meia diariamente. A equipe pedagógica fica à disposição da comunidade de forma *online*, telefone e redes sociais. (RC)

A entrevista revela que o contato com a comunidade é feito por meio das redes sociais, *WhatsApp* e telefone. O *Facebook* é também utilizado para a publicação das atividades e materiais de orientação de desenvolvimento das crianças de 0 a 3 anos. Segundo RC essas são ações paliativas que aparentemente estabelecem relações, mas, revelam a dificuldade que a Creche tem de manter um projeto intencional de parceria com as famílias, o que deveria ser diferente, segundo Montandon e Perrenoud (1987, pág.7), "de

uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família".

Esse projeto de EaD, caso já estivesse implementado, seria útil para que as Instituições Educativas pudessem acompanhar o desenvolvimento das crianças em espaços diferentes da Creche. Porém o que se declara é que a tecnologia é utilizada para “manter contato” com as famílias para que elas não pensem que “não estamos trabalhando”. As TICs são utilizadas muito mais para prestar conta do que efetivamente contribuir para dar continuidade ao processo formativo das crianças.

As orientações para esse momento revelam o interesse do poder público em manter a “normalidade” do processo do ano letivo.

O recesso escolar que ocorre anualmente no mês de Julho foi antecipado em 2020. Desta forma, todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino tiveram atendimento suspenso no período de 23 de março a 09 de abril de 2020, para o qual não haverá necessidade de reposição. O processo de aprendizagem a partir de 13/04/2020 e enquanto durar o período de suspensão das aulas presenciais, será feito, em forma de ambiente virtual. (RC)

Segundo o documento *Proposta de Parecer Sobre Reorganização Dos Calendários Escolares E Realização De Atividades Pedagógicas Não Presenciais Durante O Período De Pandemia Da Covid-19*, emitido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) a longa duração da suspensão das atividades escolares presenciais poderá acarretar: • dificuldade para reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, com o comprometimento severo também do calendário escolar de 2021 e, eventualmente, também de 2022; • retrocessos do processo educacional e da aprendizagem ao deixar os estudantes tendo em vista o período sem atividades educacionais regulares; • danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como ausência de merenda, stress familiar e aumento da violência doméstica; e • abandono e aumento da evasão escolar.

Portanto, os 14 cadernos, que formam o Trilhas de Aprendizagens estão sendo reconhecidos como um material insuficiente para garantir o encaminhamento dos problemas apontados pelo CNE.

A entrevistada ofereceu parte de um material, organizado pela gestão para a escuta dos pais sobre o material que declaram seus esforços para manterem as crianças com vínculo na creche:

[...] o Trilha de Aprendizagem, o livro não mostra muita coisa não, eu procurei fazer algumas atividades com a Bella de acordo a idade dela, mas pelos vídeos das profs Solange que fez o baú de brinquedos, fiz tbm a luva sensorial que a prof Herminia fez, entre outras. O livro não ensina muita coisa é só um básico mesmo. É uma pena não ter gravado para enviar pra vcs! Registre em fotos mas só do baú de brinquedos da luva não consegui tirar foto(ANNA);

[...] de verdade não gostei muito do material até porque ele veio praticamente com as mesmas coisas que minha filha que tem 05 anos recebeu que ela está no EMEI, não minha opinião deixou a desejar. Eu venho seguindo o que vcs passam e pesquiso coisa na internet pra entreter Alice. gostei, mas acho que poderia ser mais divertida. O material é bom, mas é muita informação. Poderia ter mais desenhos e brincadeiras, fiz um resumo do material da idade dele e faço em casa (CARLA);

Bento tem 1 ano e 7 meses. Recebemos a Trilhas de aprendizagem, educação infantil de 0 a 3 anos. Um material aparentemente completo, com conteúdo voltado totalmente para a idade indicada (BRUNO);

Sobre o material, fiquei surpresa, pois não sabia que tinham tantas atividades que poderíamos exercer em casa com os pequenos, temos o hábito de achar que crianças menores de 1 ano até 2, só precisam brincar, não temos noção da inteligência e tamanha habilidade para tantas atividades. Confesso que algumas descritas no livro, tem sido um pouco complexas de trabalharmos, pela falta de hábito. Reconheço que é um material que pode nos ajudar bastante, mais ressalvo que o conteúdo ajuda, mais não substituí o convívio escolar! (JOANA).

O que pode ser admitido, considerando essas entrevistas, é a necessidade de tornar o contato com os pais e mães, tutores e responsáveis, mais efetivo com o uso de *internet*. A Creche, por sua vez, deverá acompanhar e avaliar o *feedback* oferecidos pelos pais e mães e em seguida orientá-los. O material para os pais, por exemplo, constituído por conteúdos sobre cuidados com a higiene e alimentação das crianças, diverge da realidade de um número expressivo de famílias que não tem acesso adequado às estas necessidades básicas de cuidados. Segundo o mesmo documento já apresentado anteriormente, redigido pelo CNE – *Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19* –, para crianças das creches (0 a 3 anos), as orientações para os pais devem indicar, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas e criança.

Nesse sentido, a medida adotada pela PMSP, como alternativa para a continuidade e desenvolvimento da Creche, durante o período de isolamento social, foi o *download*, pela *internet*, dos materiais da Trilhas da Aprendizagem o estudo desta pesquisa, aponta que esta mediada adotada pela PMSP, pode não cumprir a própria proposta planejada pela SME.

Isso se justifica pois, para a eficácia das sugestões apresentadas no material Trilhas de Aprendizagens, as famílias das crianças atendidas pelas creches, necessitam de maior orientação, ou seja, fornecer o material com sugestões, orientação e referências, não supre a necessidade e ansiedade dos pais e responsáveis das crianças, e nem os forma, da noite para o dia, formadores do desenvolvimento que crianças de 0 a 3 anos necessitam. Eles precisavam de uma parceira (apoio) maior das unidades educacionais, para sentirem-se amparados em como lidar com o novo formato das ações de desenvolvimento educacional com intencionalidade, exercidas pelos educadores no atendimento nas creches. Um manual de orientações não garante o auxílio no crescimento e desenvolvimento infantil, pais e responsáveis, não são professores e não é coerente, nem tão pouco eficiente transferir a estes a prática docente.



4 Considerações Finais

Diante do exposto alguns pontos são provocados à reflexão. Primeiro, as providências em relação aos processos formativos das crianças de 0 a 3 anos, propostas durante a crise sanitária mundial, estão restritas a disponibilização de um material eletrônico, portanto, são consideradas insuficientes para a superação dos problemas gerados pela ausência presencial das crianças em suas Creches. Nesse contexto de crise, um dos impactos gerados no âmbito educacional é a manutenção da “normalidade” que garantirá o desenvolvimento do ano letivo e os empregos dos educadores e funcionários que mantém em funcionamento as instituições conveniadas/parceiras impondo descaso para com as consequências curriculares que vão afetar a qualidade dos processos formativos.

A segunda dimensão indica como o poder público se omite em refletir e indicar proposições que atendam as dimensões do cuidar/educar as crianças. A reorganização dos calendários escolares, uma medida de emergência em razão da carga horária mínima obrigatória prevista na LDB Art. 31 – Inciso II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional) - e de não haver previsão legal nem normativa para a possibilidade ofertar a educação a distância, mesmo em situação de emergência para essa modalidade da educação.

A terceira se associa à desvalorização/banalização na substituição dos professores pelos pais/mães das crianças. O que precisa ficar claro é que não há aqui nenhuma intenção de desqualificar ou negar o envio de materiais para os pais de forma eletrônica para orientá-los em como contribuir para o processo formativo de seus filhos. Pelo contrário, ações de emergência como estão sendo exigidas para o período de isolamento social, contribuem para que crianças de 0 a 3 anos possam “se distrair”, “se divertir”, “se entreter” ou mesmo “passar o tempo” utilizando a *internet* com orientações de um pedagogo. A crítica estabelecida é substituir os professores por pais/mães, que por mais interessados e preocupados com a formação de seus filhos, não são profissionais da área da Educação. A substituição da formação presencial por um “manual de brincadeira – Trilhas de Aprendizagem”, desconsidera o amplo campo de estudos voltados para o Ensino à Distância já amplamente difundido por seus teóricos: Moran (2013); Mill e Pimentel (2013); Valente (2013); Preti (2013); Espíndola e Nascimento (2014); entre outros importantes estudiosos que dedicam seus estudos a construir um processo legítimo da EaD para processos formativos de alunos e alunas da Educação Básica.

5 Referências

BRASIL.(BRASÍLIA). Ministério das Relações Exteriores. **Revista Textos do Brasil**. O papel social da Educação Infantil. Artigo – 1999. Acesso em 22 de maio de 2020.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvica; FERREIRA, Isabel M. **Creches e pré-escolas no Brasil / Nurseries and pre-school in Brazil**. São Paulo; Cortez/Fundação Carlos Chagas; 1993.

COTTET, Renata. **O papel da gestão no processo político psicossocial da creche conveniada/parceira: uma experiência como a autoavaliação**. 2019. 92f. Dissertação de Mestrado – Universidade Cidade de São Paulo – Unicid. São Paulo 2019.

ESPÍNDOLA, Cristiane da Silva Oliveira; NASCIMENTO, Roseday Santos. O professor, a disciplina e os conteúdos na EaD. In: COELHO, Francisco José Figueiredo; Velloso, Andrea (Org.). **Educação a distância: história, personagens e contextos**. Curitiba: CRV, 2014. p. 51-57.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro, Ed. Achiamé, 1982. (São Paulo, Ed. Cortez, 1992, 4a edição).

MILL, Daniel. Das inovações tecnológicas às inovações pedagógicas: considerações sobre o uso de tecnologias na educação a distância. In: MILL, Daniel Ribeiro Silva; PIMENTEL, Nara Maria (Org.). **Educação a distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCar, 2013. p. 43-57.

MONTANDON, C. e PERRENOUD, P. **Entre parents et enseignants: un dialogue impossible?** Paris, Peter Lang, 1987.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

PIMENTEL, Nara Maria. Ensino, aprendizagem e inovação em educação a distância: desafios contemporâneos dos processos educacionais In: MILL, Daniel Ribeiro Silva; PIMENTEL, Nara Maria (Org.). **Educação a distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCar, 2013. p. 13-23.

PRETI, Oreste. Material didático impresso na educação a distância. In: MILL, Daniel Ribeiro Silva; PIMENTEL, Nara Maria(Org.). **Educação a distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCar, 2013. p. 164-183. 64

ROSEMBERG, F, CAMPOS, M.M. & VIANA, CP. (Org) **A formação do educador de creche: sugestões e propostas**. São Paulo, FCC/DPE, 1992.

SÃO PAULO. Portaria SME nº 4.548, de 19 de maio de 2017. Estabelece normas para a celebração e o acompanhamento de termos de colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação e Organizações da Sociedade Civil visando à manutenção, em regime de mútua cooperação, de Centros de Educação Infantil - CEI para o atendimento de crianças na faixa etária de zero a três anos. **Diário Oficial de São Paulo, São Paulo, 19 de mai. de 2017**, pp. 15 a 19. Disponível em: <http://www.docidadaesp.imprensaoficial.com.br/> Acessado em: 28.maio 2020.

SÃO PAULO. Portaria nº 59.283, de 16 de março de 2020. Declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus. **Diário Oficial da cidade de São Paulo, São Paulo, 16 de mar. de**

2020, folha 01. Disponível em: <http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/> Acessado em: 28.maio 2020.

SÃO PAULO. Instrução Normativa SME nº 25, de 08 de abril de 2020. Estabelece critérios para a organização das estratégias disponibilizadas pela secretaria municipal de educação para assegurar a aprendizagem dos estudantes da rede direta e parceira durante o período de suspensão do atendimento presencial e dá outras providências. **Diário Oficial da cidade de São Paulo, São Paulo, 08 de abr. de 2020**, folha 65. Disponível em: <http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/> Acessado em: 28. Maio 2020.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Trilhas de aprendizagens : brincadeiras e interações para crianças de 0 a 3 anos.** – São Paulo : SME /COPED, 2020. Disponível em <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/trilhas-de-aprendizagens/>. Acessado em 28. Maio 2020.

VALENTE, José Armando. O papel da interação e as diferentes abordagens pedagógicas de educação a distância. In: MILL, Daniel Ribeiro Silva; PIMENTEL, Nara Maria (Org). **Educação a distância: desafios contemporâneos.** São Carlos: EdUFSCar, 2013. p. 25- 41.